

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AgInt no AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.408.754 - SP (2018/0317565-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE** : JOSE APARECIDO DEL TORTO  
**AGRAVANTE** : NELSON FERREIRA CABRAL  
**AGRAVANTE** : JOSE BARBO FILHO  
**AGRAVANTE** : HILDEBRANDO MOREIRA  
**AGRAVANTE** : NILSON DURAES LIMA  
**AGRAVANTE** : MARCOS LUIZ  
**AGRAVANTE** : EDSON SANTOS DE OLIVEIRA  
**AGRAVANTE** : GERALDO DANIEL RODRIGUES  
**AGRAVANTE** : DORIVAL PONSONI  
**AGRAVANTE** : ALTAIR APARECIDO PEREIRA  
**ADVOGADOS** : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720  
WELLINGTON NEGRI DA SILVA E OUTRO(S) - SP237006  
**AGRAVADO** : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV  
**AGRAVADO** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PROCURADORES** : VANESSA MOTTA TARABAY E OUTRO(S) - SP205726  
FILIPE PAULINO MARTINS - SP329160

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. ART. 1021, § 1º, DO CPC/2015 E ART. 259, § 2º, DO RISTJ. AGRADO INTERNO NÃO CONHECIDO.

1. A decisão ora agravada (e-STJ fls. 315/322) conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial quanto a alegada ofensa ao art 337, §§ 1º e 4º, do CPC/2015 (litispendência e coisa julgada), em razão do óbice previsto na Súmula nº 211/STJ. No que tange a suposta ofensa aos arts. 502, 485, IV, 139, IX, todos do CPC/2015, bem como ao art. 14, § 4º, da Lei nº 12.016/09, o recurso especial foi conhecido, tendo-lhe sido negado provimento nestes pontos.

2. Nas razões do presente agravo interno, contudo, os agravantes limitaram-se a afirmar que não incidiria o óbice previsto na Súmula nº 211/STJ, "uma vez que está presente o prequestionamento explícito dos artigos 485, inciso IV, e 502 do CPC atual e do artigo 14, § 4º, da Lei n.º 12.016/09, até mesmo numérico deste artigo" (e-STJ fl. 329).

3. Nota-se que os agravantes não impugnaram de forma específica os fundamentos da decisão ora agravada, sendo inviável, pois, o conhecimento do agravo interno, nos termos do art. 1021, § 1º, do CPC/2015 e do art. 259, § 2º, do RISTJ, ante o descumprimento do ônus da dialeticidade.

# *Superior Tribunal de Justiça*

4. Agravo interno não conhecido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator